

**Lená Medeiros de Menezes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

lenamenezes@hotmail.com

## Entre os fios da trama: o vir a ser do PPGH

O convite para rememorar o processo de criação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH) impôs à autora alguns desafios, embora tenha possibilitado também muitas alegrias. Os desafios relacionaram-se ao próprio processo de estruturação e escritura do texto; as alegrias resultaram da constatação das vitórias alcançadas pelo Programa ao longo dos anos e do reconhecimento inequívoco de que a luta inicial valeu a pena.

O cuidado permanente em evitar que o processo de transformação de memória em registro escrito resultasse em uma narrativa subjetiva e de exaltação ao “eu” ou que o exercício de fazer “a própria história como se fizesse a história de outros”<sup>1</sup> se tornasse depoimento egocêntrico exigiu um diálogo continuado entre o lembrar e o escrever. Os cuidados acima descritos tornaram-se maiores ao tomarmos conhecimento, através da Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, de que o processo nº 9315/95, que continha a proposta inicial do curso e todas as reformulações subsequentes, havia sido consumido pelo incêndio que afetou os espaços ocupados pela Administração Central da UERJ, em 2007. Dessa forma, em termos de documentação, só era possível contar com a primeira Deliberação aprovada pelo CSEPE,<sup>2</sup> que autorizava a criação do Programa, “estruturado na forma de um centro de pesquisa de alto nível” e destinado “à formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e docência na área de História”,<sup>3</sup> que, nessa primeira versão, contava com área de concentração em “História Política e Relações Internacionais” e estava constituído “por um elenco de disciplinas organizadas com objetivo de analisar e aprofundar a temática sob diferentes enfoques, privilegiando a problemática do mundo contemporâneo”.<sup>4</sup>

É importante dizer que tive orgulho em constatar que minha trajetória profissional, a partir de 1994 – quando fui designada Presidente da Comissão encarregada da elaboração do anteprojeto do projeto –, esteve profundamente emaranhada nos fios que teceram o porvir do PPGH, seguindo-se minha condução à Coordenação Geral, visando à implantação do Programa (1995), mais dois mandatos como Coordenadora Geral (2000-2004) e dois mandatos como Coordenadora do Doutorado (2004-2008), sendo importante destacar que assumi, ao lado de Mônica Leite Lessa, a honrosa tarefa de condução da criação de um

---

<sup>1</sup> CHAUNU e outros. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 110.

<sup>2</sup> Trata-se da Deliberação n. 11 de 1995.

<sup>3</sup> UERJ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, Deliberação n. 11, Anexo I, art. 1º.

<sup>4</sup> *Ibid.* Anexo I, art. 4º.

programa que passou a formar mestres e doutores. Cabe aqui, também, minha homenagem ao saudoso professor Nicélio César Tonelli, falecido precocemente, companheiro da comissão que elaborou o anteprojeto do Programa e Coordenador Adjunto nos idos de 1995.

Estar à frente do PPGH quando de sua criação e reformulação que criou o Doutorado e ser membro efetivo do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, certamente, auxiliou no desenrolar da tramitação dos processos nas instâncias superiores da UERJ. Resta dizer, acerca desse processo burocrático, que foi essencial a colaboração dos professores de “primeira hora” – Fernando Antonio Faria, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Maria Tereza Toríbio Brites Lemos, Marilena Ramos Barbosa e Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira – que não mediram esforços na proposição de sugestões quanto à estrutura do Programa e justificativas quanto à proposta de disciplinas e à elaboração de ementas.

Passados vinte anos, tenho consciência de ter respondido, com muito trabalho, à confiança várias vezes em mim depositada. A alegria dada pela sensação de “dever cumprido” se completa com a constatação de que a ousadia de participar do processo de criação de uma pós-graduação em História na UERJ colaborou para que a pesquisa neste campo do conhecimento se firmasse na instituição, sepultando a injusta imagem de “escolão”, que nos diminuía aos olhos dos outros e fazia com que nossos alunos se sentissem inferiorizados frente aos estudantes de outras universidades. Constatar que hoje pertencemos ao quadro permanente de um programa que ocupa posição destacada no conjunto das pós-graduações do país e, além disso, é referência no campo da História Política, é motivo, sem dúvida, de enorme orgulho. Isso sem falar em funções exercidas por docentes do Programa em comitês, em grupos de pesquisa, em laboratórios, em projetos vinculados a convênios internacionais. Destaque-se, ainda, o fato da criação do PPGH ter possibilitado que nossos alunos de graduação deixassem de migrar, obrigatoriamente, para outras instituições, passando, muitos deles a optar por fazer seu mestrado e/ou doutorado na UERJ. Muitos desses antigos pós-graduandos da instituição trilham hoje o caminho do sucesso, sendo vários deles transformados em professores de nossa própria universidade, como Alexandre Belmonte, André Nunes Azevedo, Angela Martins Roberti, Camila Borges da Silva, Fabiano Vilaça dos Santos e Washington Santos Nascimento.

É necessário, porém, lembrar que nem tudo foram flores no caminho, pois muitos foram os desafios enfrentados pela equipe que se envolveu na luta para que o Programa pudesse ser viabilizado e, principalmente, que pudesse se obter credenciamento e, assim, sobreviver. Essa é uma luta que não pode ser esquecida ou naturalizada como se o Programa tivesse, nos primórdios de sua existência, trilhado caminhos fáceis e previsíveis. O processo, verdadeiramente, não foi este. Pelo contrário, as dificuldades e mesmo o inusitado interpuseram-se no processo de reconhecimento, como se o “escolão” permanecesse existindo como “nebulosa mental” (para usar uma imagem de Braudel) no imaginário daqueles que nos avaliavam. Isso sem mencionar problemas advindos de interesses de grupo que ficaram mais ou menos claros no desenrolar dos fios da trama.

É certo que, em tempos de pós-modernidade, quando a ideia do consenso e da negação das tensões prevalece, torna-se politicamente incorreto recordar o que passou, principalmente quando alcançamos o “paraíso”, parece fora do tempo e de lugar trazer à cena questões que remetem a disputas e ações nada acadêmicas. Problemas existiram em nossa caminhada e eles não foram insignificantes, embora tenhamos a certeza de que o processo descabido que enfrentamos no passado – e não estamos, de forma alguma, vivenciando mitos conspiratórios – não mais se repete no nível dos comitês de avaliação,

que contam com maior transparência, critérios objetivos de avaliação e procedimentos muito mais democratizados.

Por ofício e vício, passo, então, a seguir uma cronologia, segundo Chaunu, sempre uma grande lição de História. A primeira questão que se colocou ao tempo da elaboração do anteprojeto que deu a primeira estrutura ao PPGH foi a de definir especificidades que pudessem justificar a proposta de criação de um novo curso de pós-graduação em História na cidade do Rio de Janeiro, que já contava com programas de referência. O caminho encontrado foi o de levantar as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas pelos professores do Departamento e demonstrar que já tínhamos experiência na pós-graduação *lato sensu*. Esse trabalho revelou que as pesquisas, em seu conjunto, estavam vinculadas, de alguma forma mais ou menos visível, com uma História Política que, renovada, estabelecia relações com o social, o econômico, o cultural e o mental.<sup>5</sup>

Resolvida essa questão, restava estabelecer vínculos com o curso de Especialização em História das Relações Internacionais, que já era referência no campo. Para o estabelecimento desse vínculo, foram essenciais as referências teóricas fornecidas por autores como Nora, acerca das relações entre política interna e política externa. Dessa forma pudemos propor uma área de concentração centrada na política e no político, em suas relações com o social e o cultural. Essa opção, por outro lado, dava uma vocação diferenciada ao Programa da UERJ, distanciando-o de todos os outros até então existentes. E mais: a opção definia-se como pioneira, além de corajosa, considerando-se que, apesar da renovação da história política proposta por Rémon e outros, esta permanecia com ressalvas no meio acadêmico, com discriminações que remetiam ao passado. Nesse sentido, não temos dúvidas quanto à contribuição do PPGH/UERJ na difusão das inúmeras possibilidades trazidas por uma história política renovada. A primeira dissertação que orientei, defendida em 1999, demonstra o amplo espectro dessas possibilidades. Aluna aprovada no primeiro concurso de seleção realizado, Lúcia Regina Corrêa Monteiro defendeu dissertação intitulada “O Privado e o público: a construtora Cápua e Cápua - Indústria de cimento Portland Branco S.A. como estudo de caso (1942-1954)”, na qual discutia as relações entre o governo, o sindicato e o empresariado; trabalho de fôlego que lamentamos não ter sido publicado, apesar das indicações feitas pela banca examinadora.

Com relação ao curso de Especialização em História das Relações Internacionais, que serviu de justificativa para a proposição de inserção da equipe no *stricto sensu*, na época da criação do PPGH, ele gozava de prestígio que extrapolava os muros da UERJ, apesar de ser sobrevivente de tramas e disputas político-acadêmicas travadas no interior da instituição. Criado em uma unidade externa ao então Instituto de Ciências Humanas (hoje IFCH), o curso compunha uma tríade oferecida pela referida unidade acadêmica (Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Relações Internacionais): Especialização em Relações Internacionais, Especialização em Estudos Comparados da América Latina e Especialização em Estudos Brasileiros, que começaram a funcionar em 1987. Com a extinção da Unidade, sem qualquer previsão do que deveria ser feito com professores, alunos e cursos nela abrigados – que se transformaram, por questões políticas internas, em uma espécie de herança maldita – busquei, na qualidade de antiga diretora e coordenadora, à época, do curso de Especialização em Relações Internacionais, formas de sua sobrevivência. Foi assim que o apresentei ao Departamento de História, reformulado como curso de Especialização em História das Relações Internacionais, sendo recebido por unanimidade pelo

---

<sup>5</sup> Vd. RÉMOND, Rémon (Org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ed. FGV, 1996.

Departamento, tendo sua recriação aprovada, também por unanimidade, pelos colegiados superiores da UERJ.

Dessa forma, a História Política foi articulada com a História das Relações Internacionais, definindo a área de concentração do PPGH. A criação do Mestrado, porém, não significou a extinção da Especialização e, buscando uma melhor articulação entre as duas pós – *lato* e *stricto sensu* –, foi proposta uma dinâmica de aproveitamento de créditos da Especialização no Mestrado, facilitando que os alunos da Especialização, desde que aprovados no concurso de seleção, pudessem dar prosseguimento aos seus estudos em nível de mestrado.

O processo de criação e implantação do PPGH no plano interno correu sem qualquer sobressalto. Após ter sido aprovado por unanimidade nas instâncias internas do IFCH, o projeto foi encaminhado para a aprovação no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (hoje de Ensino, Pesquisa e Extensão), onde também não sofreu ressalvas em sua aprovação. Se todo esse processo correu com serenidade, o mesmo não pode ser dito com relação ao processo de credenciamento, que se tornou verdadeira *via-crúcis* marcada por vários pareceres contraditórios e solicitação de continuadas reformulações. Observe-se que, àquela época, era comum iniciar os cursos antes do pedido do credenciamento, conforme ocorre, até hoje, com os cursos de graduação, em que o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação se faz *a posteriori*.

O primeiro parecer exarado com vistas ao credenciamento pela CAPES exigiu reformulação da proposta, com a indicação de que esta deveria ser estruturada por linhas de pesquisa, sem a definição de uma área de concentração. Satisfeita a exigência, o processo cumpriu novamente todos os procedimentos para aprovação interna, seguindo, outra vez, para obtenção do credenciamento. Um novo parecer, porém, questionou a linha de pesquisa em Relações Internacionais, embora o processo, nas justificativas da linha, explicitasse a questão dos vínculos existentes entre política interna e política externa com base nas possibilidades oferecidas pelo campo da nova História Política.<sup>6</sup>

Mais uma vez a equipe procedeu à reformulação, e a proposta, novamente, percorreu o caminho burocrático no interior da UERJ com uma explicitação mais aprofundada das relações entre as dimensões interna e externa da política e com o enriquecimento das formulações teóricas. Qual não foi nossa perplexidade quando um novo parecer questionou a estruturação por linhas de pesquisa, encaminhando a sugestão de que o Programa deveria estar estruturado por área de concentração. Era o retorno à estaca zero, tendo em vista que a estruturação por área de concentração havia constituído a primeira proposta.

A partir desse último e questionável parecer, uma suspeita ganhou força: a de que questões que se colocavam para além do plano acadêmico afetavam o processo de credenciamento. Puro exercício de poder por parte de um grupo interinstitucional que não estava representado na UERJ? Resquícios da discriminação ao “escolão”? Medo da concorrência na disputa por alunos? Nem naquela época nem nos dias de hoje os reais motivos puderam ser comprovados.

Com a certeza de que a questão devia ser resolvida no plano do político e não do acadêmico *tout court*, fiz um pronunciamento incisivo no plenário do CSEPE em defesa do Programa, ao mesmo tempo que solicitava a interveniência do sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa perante a CAPES. Foi essa gestão que, enfim, resultou no credenciamento, quando algum tempo já se havia passado desde que a primeira turma ingressara no Programa.

---

<sup>6</sup> Vd. Pierre MILZA. In: RÉMOND. *Op. cit.*, pp. 365-399.

Quanto aos estudantes, cabe dizer que eles sempre foram sabedores da situação que enfrentávamos desde seu ingresso. Em momento algum, porém, eles nos privaram de sua confiança, o que pode ser comprovado pelo fato de nenhum deles ter abandonado o curso, aguardando, engajados na luta, o reconhecimento. Certamente, se eles tivessem desistido, o Programa de Pós-graduação não teria sobrevivido. O que não quer dizer, logicamente, que outra proposta não pudesse ser apresentada. Nesse caso, porém, a história seria outra e, talvez, os sucessos alcançados, ao longo desses vinte anos, não teriam tanto sabor de vitória. Foram principalmente os estudantes – que não podíamos abandonar pelo caminho – que tornaram justa nossa causa e, lembrando-nos do poema de Agostinho Neto,<sup>7</sup> foi “justa a nossa causa”, porque “a justiça exist[ia] dentro de nós”.

---

<sup>7</sup> NETO, Agostinho. *Do povo buscamos a força*, poema. “Não basta que seja pura e justa / a nossa causa / É necessário que a pureza e a justiça / existam dentro de nós.” Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/cultura/textos/poema\\_angola.htm](http://www.dhnet.org.br/cultura/textos/poema_angola.htm). Acessado em: 22/05/2015.